fb.me/AssociacaoAIDA
www.linkedin.com/company/10221598

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

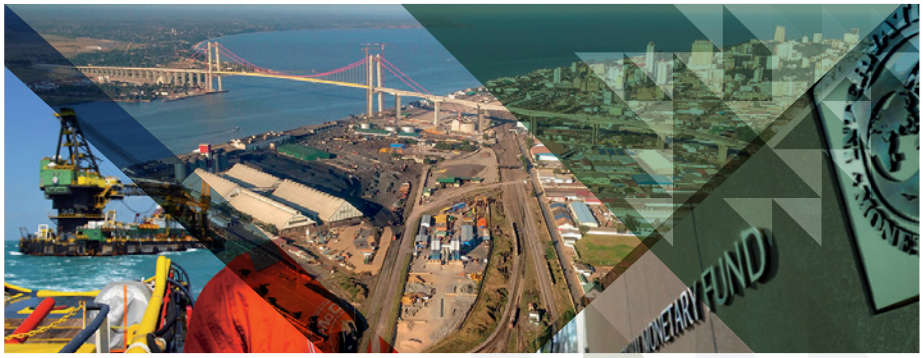
PALOP NEWS

122 EDIÇÃO MENSAL

2019
JUNHO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT



NOTÍCIAS DE ANGOLA

SECTOR MADEIREIRO NECESSITA REFORÇAR A CADEIA PRODUTIVA

O ministro do Estado do Desenvolvimento Económico, Manuel Nunes Júnior, defende uma "política coerente e sistemática de plantação, corte e reflorestação de madeira, com destaque para o pinheiro e o eucalipto, por serem mais baratas, como forma de reforçar a capacidade produtiva e tornar a indústria madeireira mais competitiva.

Manuel Nunes Júnior discursou na abertura da primeira edição da Feira das Indústrias do Mobiliário e Madeira de Angola, em representação do Presidente da República. O ministro de Estado reconheceu que o sector apresenta baixos níveis de capacidade tecnológica na sua produção.
"Este aumento vai permitir a diversificação de laminados e aglomerados de madeira", disse, acrescentando que se deve ter em conta que a produção de mobiliários a partir da madeira tropical se confine a mobiliário de alta qualidade.

Manuel Nunes Júnior alertou ainda para a necessidade de se criar alianças estratégicas com parceiros internacionais de modo adquirir conhecimentos essenciais para a realização de uma actividade produtiva com maior eficiência, rapidez, qualidade e competitividade.
O sector da Madeira e do Mobiliário, acrescentou, constitui uma cadeia produtiva com elevado potencial para a utilização de matérias-primas nacionais e um ramo propício à promoção da consolidação, quer através do desenvolvimento de produtos de matéria-prima mais barata, quer pelo desenvolvimento de outras indústrias, como as de ferragens metálicas, acessórios de plástico, colas, vernizes e tintas.
Manuel Nunes Júnior realçou, também, que o Estado deve continuar a apoiar os empresários para que sejam cada vez mais competitivos e fortes. "Temos em Angola empreendedores e empresários de elevado valor, pessoas capazes de assumir riscos e de avançar com projectos empresariais para torná-los rentáveis e eficientes num ambiente de competição empresarial", precisou.

PRODUÇÃO EM QUEDA

A ministra da Indústria afirmou que, das 94 empresas licenciadas para actuar no ramo da Madeira e do Mobiliário revelaram uma quebra na produção generalizada entre 2014 e 2017.
Bernarda Martins disse que as estatísticas dão conta de alguns produtos cuja produção aumentou e outros mantiveram os níveis de produção. Produtos como sofás, tiveram maior subida na produção, relativamente aos anos anteriores. Na lista de excepções, acrescentou a ministra, integram ainda as carteiras escolares, madeira serrada, produtos em madeira para construção civil e paletes.
Bernarda Martins reconheceu que "as produções anuais reportadas para os vários tipos de produtos são muito baixas, o que reflecte a retracção do mercado interno desde 2014, a nível do consumidor final e das empresas que utilizam esses bens para incorporar no seu produto final, como o sector da Construção Civil.
"Essa indústria é particularmente sensível à situação económica em qualquer país, pelo que há que inovar em termos de optimização de processos produtivos, em situações de crises".
A ministra afirmou que as empresas do sector Madeiro, onde constam também os fabricantes de sofás e colchões, permitiu empregar mais de três mil trabalhadores. Em média, cada empresa tem entre 20 a 30 colaboradores.

FONTE: JORNAL DE ANGOLA

ANGOLA
Sector madeireiro necessita reforçar a cadeia produtiva

Produção em queda

MOÇAMBIQUE
Consórcio anuncia fábrica de 2.000 milhões de dólares iniciais para megaprojecto de gás

Moçambique só vai crescer 2% este ano

CABO VERDE
Cabo Verde vai ter "Casa do Empreendedor"

Banco de Cabo Verde altera estrutura das taxas de juro para estimular crédito e economia

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
São Tomé e Príncipe implementa sistema do FMI de divulgação de dados

Governos de Angola, Timor e São Tomé debatem investimentos chineses

GUINÉ BISSAU
Situação orçamental da Guiné-Bissau continua sob stresse, segundo o FMI

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

CONSÓRCIO ANUNCIA **FÁBRICA DE 2.000 MILHÕES** DE DÓLARES INICIAIS PARA **MEGAPROJECTO DE GÁS**

Um consórcio de empresas de engenharia e construção liderado pela McDermott anunciou ter fechado contrato com a petrolífera Anadarko para edificar a fábrica de 2.000 milhões de dólares iniciais para liquefacção de gás em Moçambique.

A fábrica é a primeira peça central do megaprojecto de exploração de gás natural da Área 1 da Bacia do Rovuma que vai trazer receitas avultadas para o país a partir de 2024.

Até agora, na península de Afungi, província de Cabo Delgado, têm avançado obras de infraestruturas acessórias, em que participam empresas portuguesas, naquele que será o maior investimento da história do país.

A construção da fábrica vai avançar "depois de a Anadarko anunciar a decisão final de investimento", anunciou em comunicado o consórcio liderado pela McDermott e que inclui ainda a Saipem e a Chiyoda.

A cerimónia oficial de anúncio da decisão final de investimento está marcada para 18 de Junho em Maputo.

"A parcela inicial do contrato para engenharia, construção e aquisições para o qual foi escolhida a McDermott está avaliado em 2.000 milhões de dólares", anunciou a empresa.

A fábrica vai ter uma capacidade de produção de 12,8 milhões de toneladas de gás natural liquefeito por ano, a maioria a canalizar para cargueiros através de um cais a construir junto à unidade industrial.

Além da Anadarko, que lidera o consórcio com 26,5%, o grupo que explora a Área 1 é constituído pela japonesa Mitsui (20%) e a petrolífera estatal moçambicana ENH (15%), cabendo participações menores à a indiana ONGC (10%) e à sua participada Beas (10%), à Bharat Petro Resources (10%), e à tailandesa PTTEP (8,5%).

FONTE: LUSA EM SAPO NOTÍCIAS

MOÇAMBIQUE **SÓ VAI CRESCER 2%** ESTE ANO

O Banco Mundial reviu hoje em baixa a previsão de crescimento da economia de Moçambique, antecipando uma expansão económica de 2% este ano, cortando 1,5 pontos percentuais face aos 3,5% previstos em Janeiro.

A região do sudeste africano foi atingida por dois ciclones tropicais devastadores, o Idai e o Kenneth em Março e Abril deste ano, que tiveram um pesado impacto em vidas humanas e causaram estragos severos à infraestrutura social e económica das Ilhas Comores, Malaui, Zimbabué e, em particular, Moçambique", escrevem os analistas no relatório sobre as "Perspectivas Económicas Mundiais".

No documento, divulgado em Washington, os peritos desta instituição financeira multilateral afirmam que a previsão de crescimento económico de Moçambique passou de 3,5%, este ano, para 2%, e de 4,1% em 2020 para 3,5%, em comparação com as previsões feitas em Janeiro.

"As importações de bens de capital relacionadas com os projectos de investimento em grandes infraestruturas têm estado a contribuir para o crescimento dos défices" orçamentais nalguns países da região, lê-se no documento, que pormenoriza que, no caso de Moçambique, "o défice vai aumentar ainda mais durante os efeitos do ciclones devido ao enfraquecimento das exportações de materiais agrícolas e às elevadas importações de material de reconstrução e de ajuda".

A pressão relacionada com a realização de eleições em Outubro, acrescentam, também não ajuda a posição financeira do país, que, à semelhança de outros países, está em dificuldades financeiras que podem ser aumentadas devido a vários desenvolvimentos.

"Primeiro, apesar de as condições de financiamento externo terem recentemente melhorado, podem tornar-se mais restritivas se o sentimento dos investidores se deteriorar", escreve o Banco Mundial, acrescentando que "isto pode colocar um risco significativo para a perspectiva de evolução económica dos países com um elevado peso da dívida pública ou onde uma grande parte da dívida é detida em moeda estrangeira", como é o caso de Angola e Moçambique, já que "taxas de juro mais elevados e moedas mais fracas aumentariam o custo de servir a dívida e de refinanciamento, absorveriam as receitas e limitariam as despesas para reduzir a pobreza".

Em segundo, "as empresas públicas nalguns países como Angola, Etiópia, Gana Moçambique e África do Sul, particularmente no sector energético, têm dívidas significativas que colocam um risco adicional aos já de si endividados governos".

No relatório, os economistas do Banco Mundial cortam a previsão de crescimento da África subsaariana para 2,9% este ano, destacando as preocupações com o aumento da dívida pública, o abrandamento nos principais parceiros e dificuldades de financiamento.

"A recuperação na África Subsariana ficou aquém das previsões do início do ano, com o enfraquecimento da procura externa, roturas de aprovisionamento e uma elevada incerteza política a condicionar a actividade das grandes economias", lê-se no relatório sobre as "Previsões Económicas Mundiais", divulgado hoje em Washington, que coloca a previsão de crescimento nos 2,9% para este ano, abaixo dos 3,4% previstos em Janeiro.

No relatório, os economistas do Banco Mundial antecipam um crescimento na África subsaariana de 3,3% no próximo ano, "assumindo que o sentimento dos investidores melhorará em relação a algumas das grandes economias da região, que a produção de petróleo recuperará nos grandes exportadores e que um crescimento robusto nas economias da região, que consomem menos recursos, será apoiado por uma contínua forte produção agrícola e investimento público sustentado".

FONTE: ECONOMIA AO MINUTO

NOTÍCIAS DE CABO VERDE

CABO VERDE VAI TER **"CASA DO EMPREENDEDOR"**

O secretário de Estado das Finanças cabo-verdiano, Gilberto Barros, afirma que a iniciativa representa uma mudança de paradigma em termos de apoio às empresas, que irá simplificar todo o processo de financiamento, licenciamento de empresas e fomento ao empreendedorismo.

Cabo Verde terá, brevemente, uma "Casa do Empreendedor", uma política do Governo para integrar no mesmo espaço todos os serviços de atendimento e assistência técnica às micro, pequenas e médias empresas.

Segundo fez saber o governante, com a "Casa do Empreendedor", Cabo Verde terá num único espaço a Pro-Empresa, a Pro-Garante e a Pro-Capital, fazendo com que, no mesmo local, e não de forma espalhada fisicamente, o empresário, o empreendedor interaja com as instituições.

Na ótica de Gilberto Barros, também a banca ganharia em estar "mais aberta". "Devemos identificar o risco relacionado com qualquer empréstimo, todo o investimento tem risco, mas temos que mitigar o risco", defendeu.

A ideia da "Casa do Empreendedor" é criar reformas que permitam uma maior inclusão financeira, aceleração do crescimento económico, e geração de emprego.

A "Casa do Empreendedor" será instalada na cidade da Praia e vai integrar os serviços de assistências às microfinanças, até então, prestadas pela Pro-Empresa, Pro-Capital e Pro-Garante.

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO

BANCO DE CABO VERDE ALTERA ESTRUTURA DAS TAXAS DE **JURO** PARA ESTIMULAR CRÉDITO E ECONOMIA

Segundo o banco central cabo-verdiano, a redução da taxa de facilidade permanentes de cedência de liquidez em 1,5 p.p. poderá ainda resultar, caso tudo o resto se mantenha constante, "num aumento marginal do crédito à economia em 2019 e 2020 e mais significativo em 2021".

Banco de Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde (BVC) baixou a taxa da facilitação permanecente de cedência de liquidez de 4,5 para 3%. A redução substancial vai obrigar os bancos comerciais a baixar as taxas de juros aplicadas nos créditos a serem concedidos a partir de agora.

Com esta redução de 1,5 pontos percentuais (p.p.) na taxa de cedência de liquidez, os bancos comerciais também terão de baixar, nesta proporção, os financiamentos concedidos a taxas variáveis, se indexadas à TCL (Taxa de Cedência de Liquidez). Outras taxas como, redesconto e a directora, não sofreram alterações.

Em comunicado, o BVC explica que as medidas adoptadas visam "aprimorar o quadro operacional da política monetária do BCV, reforçando o canal de juros, assumindo-se como uma medida de carácter essencialmente técnico, com vista ao aperfeiçoamento do mecanismo de transmissão monetária, mas que tem o potencial de reforçar a orientação da política monetária para um maior estímulo ao crédito e ao crescimento económico."

Segundo o banco central cabo-verdiano, a redução da taxa de facilidade permanentes de cedência de liquidez em 1,5 p.p. poderá ainda resultar, caso tudo o resto se mantenha constante, "num aumento marginal do crédito à economia em 2019 e 2020 e mais significativo em 2021".

No entanto, o BVC salienta que que os impactos almejados destas medidas serão melhor sucedidos se combinados com a implementação eficaz de outras medidas de política económica de carácter estrutural, visando o aperfeiçoamento do canal do crédito, enquanto canal transmissor dos impactos da política monetária.

Na mesma nota, o BCV recorda que, no âmbito do seu quadro operacional de política monetária, tem vindo a implementar, desde Maio de 2013, medidas com "o objectivo de estimular a procura interna, em particular o financiamento bancário de projectos viáveis, e melhorar o mecanismo de transmissão monetária, num contexto de excesso estrutural de liquidez bancária".

Estas normas, de acordo com BCV, contribuíram "para reduzir as taxas activas e passivas aplicadas nas operações bancárias, mais acentuadas e contínuas para as taxas passivas, bem como para alguma recuperação do crédito ao sector privado".

O último pacote de medidas de política monetária apresentado pelo banco central de Cabo Verde remonta a Junho de 2017 e resultou numa descida mais consistente das taxas passivas do que das activas.

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO

NOTÍCIAS DE S. TOMÉ E PRINCIPE

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE IMPLEMENTA **SISTEMA DO FMI DE DIVULGAÇÃO DE DADOS**

O Ministério do Planeamento e Finanças de São Tomé e Príncipe já começou a divulgar dados macroeconómicos harmonizados com os critérios do Fundo Monetário Internacional (FMI) através do Sistema Melhorado de Disseminação de Dados.

A página https://dsbb.imf.org/e-gdds que permite a consulta por países, passa a conter ligações electrónicas para as estatísticas produzidas pelas entidades oficiais de São Tomé e Príncipe", acrescenta o comunicado.

O objectivo é "servir como um veículo centralizador de dados macroeconómicos essenciais sobre contas nacionais, operações financeiras do Governo e dívida, sector monetário e financeiro, e balança de pagamentos", lê

FONTE: ECONOMIA AO MINUTO

NOTÍCIAS DE S. TOMÉ E PRINCIPE

GOVERNOS DE ANGOLA, TIMOR E SÃO TOMÉ DEBATEM **INVESTIMENTOS CHINESES**

OS GOVERNOS DE ANGOLA, TIMOR-LESTE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ESTIVERAM REPRESENTADOS NUM FÓRUM EM MACAU PARA DEBATER INVESTIMENTOS CHINESES, QUE DECORREU DE 30 E 31 DE MAIO.

Os secretários de Estado das Águas e para os Transportes, Lucrécio da Costa e Guido Waldemar da Silva Cristóvão, respectivamente, o ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente de São Tomé e Príncipe, Osvaldo Abreu, o vice-ministro das Obras Públicas de Timor-Leste, Nicolau Belo, e o membro do Conselho de Estado daquele país, José Ramos-Horta, marcam presença no 10.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas (IIICF, na sigla em inglês).

O fórum contou com mais de dois mil empresários, académicos e políticos, dos quais mais de 50 governantes oriundos de 40 países e regiões, num evento cujo orçamento foi estimado em 39 milhões de patacas (4,3 milhões de euros) e que foi promovido sob a orientação do Ministério do Comércio da República Popular da China e do Governo de Macau.

O IIICF incluiu 36 fóruns paralelos, exposições, seminários de promoção de projetos e bolsas de contacto, entre outras actividades de negociação comercial, para operacionalizar a cooperação entre os países envolvidos na estratégia adoptada pelo Governo chinês "Uma Faixa, Uma Rota", que visa o desenvolvimento de infraestruturas e investimentos em países europeus, asiáticos e africanos.

Em conferência de imprensa, o vogal executivo do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau Sam Lei destacou a realização, em paralelo, da 5.ª Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira e de um outro fórum que terá como tema "Maximizando o Papel das Finanças para Motivar a Cooperação Prática entre a China e os Países de Língua Portuguesa".

FONTE: ECONOMIA AO MINUTO

NOTÍCIAS DE GUINÉ-BISSAU

SITUAÇÃO ORÇAMENTAL DA GUINÉ-BISSAU CONTINUA **SOB STRESSE,** SEGUNDO O FMI

O PAÍS AFRICANO TEVE DESPESAS QUE NÃO PREVIA, O DÉFICE E A DÍVIDA PÚBLICA ESTÃO A AUMENTAR E HÁ FALTA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS. O FMI APONTA COMO SOLUÇÃO CONTENÇÃO DE DESPESAS E FINANCIAMENTO.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considerou esta sexta-feira que a situação orçamental da Guiné-Bissau está sob stresse e que é preciso "estancar" os aumentos da dívida pública, conter a despesa e arranjar financiamento adicional.

A situação orçamental da Guiné-Bissau continua sob stresse. Primeiramente devido a despesas mais elevadas do que o previsto, o défice público em inícios de 2019 ultrapassou significativamente a meta do projecto de orçamento. O défice foi também significativamente superior ao período homólogo de 2018, ano em que se estima ter atingido 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB), numa base de compromissos", afirmou, em conferência de imprensa, Tobias Rasmussen, chefe da missão do FMI.

Segundo o responsável, em simultâneo aumentaram as pressões sobre o financiamento, o que resultou num "crescente saldo de contas para pagar".

O FMI estima o diferencial de financiamento para 2019 em cerca de 3% do PIB, mas uma "maior produção de caju deve ajudar a fazer aumentar o crescimento do PIB real estimado de 3,8% em 2018 para cerca de 5% em 2019", mas, ressalva, "preços inferiores de caju implicam riscos de queda da actividade económica e da cobrança da receita fiscal".

Nesse sentido, durante as reuniões que a missão teve em Bissau foram discutidos os passos para assegurar a sustentabilidade orçamental e reforço das finanças públicas. "Para reduzir o défice, garantir o pagamento de salários e outras obrigações, assim como estancar os aumentos da dívida pública, será necessária uma combinação abrangente de mobilização acrescida de receita, contenção da despesas e identificação de financiamento adicional", salienta o FMI.

Durante a sua estadia em Bissau, o FMI também abordou a questão da evolução do sector financeiro, no qual, sublinhou, se "registou um avanço encorajador no sentido da resolução dos litígios relacionados com o resgate bancário de 2015, cancelado pelo Governo".

Segundo o FMI, depois do declínio do crédito bancário à economia, estão a "avançar de forma célere planos no sentido de uma resolução amigável do litígio e concomitante recapitalização de um dos bancos que, se concluído com sucesso, representariam um apoio relevante à estabilidade financeira e crescimento a longo prazo".

O FMI DEVERÁ REGRESSAR A BISSAU PARA MAIS CONSULTAS E POSSÍVEL ASSINATURA DE UM ACORDO DE FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, COM O NOVO GOVERNO, EM SETEMBRO.

FONTE: O JORNAL ECONÓMICO